



Pobreza na
América Latina

POBREZA, MARGINALIDADE E EXCLUSÃO: UMA TRAJETÓRIA ANUNCIADA

Ana Lúcia Hazin *

Resumo: Este trabalho enfoca o problema da pobreza em suas diversas formas de manifestação. Na sua introdução, destaca-se a desigualdade na distribuição do bem-estar, característica da realidade brasileira. Em seguida, numa perspectiva histórica, busca-se chegar às origens da situação de pobreza em nosso país, relacionando-a com a estrutura agrária tradicional e os padrões culturais impostos, no início da colonização, pelos portugueses. As diferenças regionais abrigam, de forma diversa, as expressões da pobreza: fome, desnutrição infantil, trabalho precoce. Busca-se, nessa análise, destacar a variável “grau de instrução”, pela forte influência na incidência de pobreza das famílias. Marginalidade e exclusão são os temas que fecham o presente artigo. Pode-se dizer que ambos são o destino inexorável de uma trajetória percorrida pelos que estão “fora” dos padrões normais e valores vigentes na sociedade, num determinado momento histórico.

Palavras-chave: desigualdade, pobreza, fome, marginalidade, exclusão.

Abstract: This paper focuses on the problem of poverty in its several forms in which it manifests itself. In the introduction, stress is laid on the

inequality in the distribution of social assistance, a characteristic of Brazilian reality. Then, from a historical perspective, it seeks to go back to the origins of the place of poverty in our country, relating it to the traditional agrarian system and cultural patterns imposed at the start of Portuguese colonization. Regional differences include different expressions of poverty: hunger, child malnutrition, child labor. This analysis seeks to underline the “educational level” variable because of its strong influence on the incidence of poverty in families. Marginality and exclusion are the themes that close this paper. It can be said that both are the relentless destiny of the path followed by those who lie “outside” the social patterns, rules, and values reigning in society at any given point in history.

Key words: inequality, poverty, hunger, marginality, and exclusion.

A desigualdade na distribuição do bem-estar é uma característica marcante da realidade brasileira, expressa não só por disparidades intra e inter-regionais mas também, e sobretudo, por uma grande concentração de renda e de terra nas mãos de uma minoria, o que leva a um esgarçamento do tecido social e a uma polarização potencialmente geradora de conflitos.

O Brasil é hoje um país industrializado, uma vez que possui um dos dez maiores parques industriais do mundo. Esse processo, iniciado no Governo Vargas com a política de industrialização substitutiva de importações, avançou com o afã desenvolvimentista do Governo Juscelino Kubitschek, dotando o Brasil de um considerável número de indústrias produtoras de bens de consumo duráveis, além das indústrias químicas, elétricas e mecânicas. Naquele período, a sociedade brasileira caminhava a passos largos, no sentido da modernização econômica.

Na década de 70, principalmente no período do chamado “milagre brasileiro”, a economia nacional sofreu uma grande impulsão, como resultado das medidas implantadas para promover o crescimento. Na época, o lema dos que detinham

*Prof. do Departamento de Sociologia da UNICAP e Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco.

o controle do sistema era “fazer o bolo crescer, para depois então repartir”. Porém a divisão não se fez de forma a contemplar com justiça social os diversos segmentos da população. Alguns abocanharam uma grande fatia, enquanto a outros só restaram as migalhas, o que implicou aumento da desigualdade social. Como afirma Cristóvam Buarque, “a elite dirigente concentrou seus esforços na construção de uma sociedade de consumo para uma minoria” (Buarque, 1991: 27) que podia usufruir de uma competente infra-estrutura criada pelos altos investimentos em modernização, ao mesmo tempo em que devia conviver com um agravamento do quadro de miséria.

Dados constantes do Relatório sobre desenvolvimento humano no Brasil dão-nos conta de que “a fração da renda apropriada pelos 20% mais ricos aumentou 11 pontos percentuais entre 1960 e 1990, enquanto a porção da renda apropriada pelos 50% mais pobres declinou 6 pontos”. (PNUD, 1996: 20).

É importante, aqui, fazer a distinção entre desigualdade e pobreza. Enquanto a pobreza é mensurada em relação a padrões preestabelecidos de bem-estar de uma pessoa ou de uma família, a desigualdade mede a distribuição de bem-estar dentro de uma sociedade (Lundberg; Squire, 1998).

ORIGENS HISTÓRICAS DA POBREZA NO BRASIL

Para compreender o fenômeno da pobreza que afeta ainda hoje um grande contingente de brasileiros, necessária se faz a busca de suas origens histórico-estruturais. Em Abranches, encontramos uma conceituação de pobreza, significando “destituição, marginalidade e desproteção: destituição dos meios de sobrevivência física; marginalização no usufruto dos benefícios do progresso e no acesso às oportunidades de emprego e renda; desproteção por falta de amparo público adequado e inoperância dos direitos básicos da cidadania que incluem garantias à subsistência e ao bem-estar” (Abranches, 1985: 30).

Quais as raízes da pobreza do nosso povo, da distância tão grande existente entre os mais ricos e os mais pobres?

Encontramos originariamente, na estrutura socioeconômica predominante no Brasil-Colônia, uma “polarização entre as grandes propriedades e a massa de mão-de-obra miserável, cujos efeitos fazem-se sentir até hoje” (Dowbor, 1982: 50).

Com base no fator de produção abundante, a terra, e na grande demanda existente no mercado mundial, os colonizadores dedicaram-se à cultura extensiva da cana-de-açúcar sem dar maior importância aos produtos alimentares. Como “o problema do preço e da falta de alimentos não existia para eles, convinha-lhes mais plantar cana-de-açúcar” (Prado Jr., 1970: 43), em decorrência, certamente, da política protecionista do Estado em relação ao setor, o que tornava compensadores os lucros, mesmo em face da elevação dos preços das mercadorias conseguidas. O resultado dessa política não podia ser outro para a população colonial: um estado permanente de carência alimentar, sobretudo para os habitantes das áreas urbanas, embora os moradores da zona rural fossem também penalizados pela prática da atividade monocultora, que utilizava as melhores terras disponíveis para a cultura extensiva da cana-de-açúcar, o que fazia com que, cada vez mais, moradores das propriedades locais fossem proibidos de realizar sua cultura de subsistência.

Depreende-se, portanto, do exposto que os mecanismos de exploração econômica empregados pela classe hegemônica contribuíram para acentuar a miséria de uma parcela da população destituída dos bens de produção e, conseqüentemente, das condições mínimas de acesso ao alimento necessário e adequado à reprodução da força de trabalho.

Além disso, a existência de certos padrões culturais como o hábito de não consumir frutas, legumes e verduras, herança alimentar dos colonizadores portugueses, agravava mais ainda a situação de “deficit” nutricional do trabalhador rural

nordestino cuja dieta bastante pobre não continha os nutrientes necessários a uma vida saudável. O médico Josué de Castro, no seu livro "Geografia da Fome", explica que esses hábitos e uma série de tabus alimentares ligados em sua origem a uma questão econômica constituem-se em estratégia de defesa dos bens dos proprietários. É que os senhores de terra, para evitar que os camponeses consumissem as frutas colhidas no sítio, atribuíam-lhes danos à saúde. São exemplos ilustrativos:

- Não se deve misturar nenhuma fruta com álcool.
- Melancia comida no mato, logo depois de colhida, dá febre.
- Manga com leite é veneno.
- Laranja só deve ser comida de manhãzinha.
- Fruta pouco madura dá cólica (Cf. Castro, 1969:136).

Esses hábitos ainda hoje influenciam a alimentação do nordestino mais pobre, que, além de desconhecer a necessidade de consumir legumes e verduras pelas suas qualidades nutritivas, não tem poder aquisitivo ou a disponibilidade da terra que lhe permita ter acesso a tais alimentos.

A figura folclórica do Jeca Tatu e a pecha de preguiçoso, atribuídas ao homem do interior nordestino, principalmente o da Zona da Mata, podem, entre outros fatores, ser imputadas à deficiência alimentar já referida, o que reduz sua capacidade de trabalho e o coloca em posição de inferioridade, se comparado ao trabalhador de regiões mais abastadas do país.

O ESTIGMA DA POBREZA E DA FOME

Antes de nos determos na análise da situação de pobreza e indigência, característica dos que passam fome, necessária se faz uma conceituação dos termos, a fim de que se possa perceber, de forma objetiva e para fins de análise, quem são os pobres e quem são os indigentes.

Quando se afirma que o Nordeste possui, com base em fontes do IBGE/PNAD 90, cerca de 45,04% de pobres e 55% de indigentes do país, está-se utilizando do conceito de "pobreza em termos absolutos", "o que implica o estabelecimento de padrões mínimos de necessidade, ou níveis de subsistência, abaixo dos quais as pessoas são consideradas pobres. O padrão de vida mínimo (em termos de requisitos nutricionais, moradia, vestuário etc.), em geral, é avaliado a preços de mercado e a renda necessária para custeá-lo é calculada" (Romão, 1992: 36). Ao analisar ainda o estabelecimento da linha de pobreza absoluta, o autor chama a atenção para a dificuldade de se definirem "níveis mínimos indispensáveis" ou "necessidades básicas" indispensáveis a cada indivíduo, uma vez que estas variam, inclusive, de acordo com os valores de cada sociedade.

Para o Brasil, o valor dessa renda mensal "per capita", em 1990, correspondia a US\$ 34,77. As pessoas com rendimento mensal familiar "per capita" igual ou inferior a esse valor eram consideradas pobres (Albuquerque, 1993: 88).

De forma mais restrita, foram considerados indigentes aqueles que, mesmo utilizando toda a sua renda na aquisição de alimentos, não conseguiriam atender às necessidades alimentares (Rocha, 1995: 3). Em termos nutricionais, a cesta básica "per capita"/dia corresponde, segundo a FAO, a 2242 Kcal e 53 gramas de proteínas (Peliano, 1993: 5).

Tendo novamente como referência o Nordeste, cabe perguntar se a grande incidência de pobreza nessa região e no seu meio rural em particular não estaria ligada à estrutura fundiária tradicionalmente imposta.

A tese do economista hindu Amartya Sen, segundo a qual o problema da pobreza e da fome endêmica que assola grandes áreas do mundo atual só poderia ser solucionado através do que ele chamou de "entitlement approach" ou enfoque da

habilitação, dá suporte a esse questionamento. Ou seja, "para participar da distribuição da renda social, é necessário estar habilitado por títulos de propriedade e/ou pela inserção qualificada no sistema produtivo. O que está bloqueado em certas sociedades é o processo de habilitação. Isso é evidente com respeito a populações rurais sem acesso à terra para trabalhar, ou devendo pagar rendas escorchantes para ter esse acesso" (Furtado, 1992: 17-18).

Certamente, uma correta e abrangente política agrícola, que propiciasse aos agricultores e suas famílias não só o acesso à terra mas também às condições de fazê-la frutificar através do instrumento do crédito, da introdução de tecnologia, da utilização de sementes selecionadas, do incentivo ao cooperativismo e a formas de organização da produção e poder de competitividade no mercado, levaria à redução da fome e do contingente de pobres, principalmente do Nordeste agrário.

Embora se sabendo que países ricos como o Canadá - que, segundo a ONU, ocupa o 1º lugar em qualidade de vida - tenham que se preocupar com índices crescentes de desemprego e de pessoas que vivem nas ruas em condições miseráveis, essa situação não chega a ser tão alarmante quanto nas chamadas "regiões periféricas".

De maneira genérica, pode-se dizer que fome e pobreza são aspectos associados de uma mesma realidade: a das regiões marginalizadas do processo de desenvolvimento, excluídas do dinamismo das economias centrais, seja pelo baixo índice de rendimento de suas atividades econômicas, seja pela não inserção no dinamismo da economia capitalista, por estarem ligadas a atividades produtivas tradicionais e presas a uma arraigada tradição que dificulta a assimilação de padrões modernos de comportamento, capazes de gerar mudanças e levar a população a uma situação de bem-estar social. Insere-se ainda, nesse contexto, o fato de serem escassas as políticas de incentivo à pequena produção de alimentos.

É patente que não se pode, através de um reducionismo simples, identificar fome e pobreza uma vez que uma pode existir independentemente da outra. Um indivíduo ou uma sociedade pode ser considerada pobre, quando lhes é negado o acesso a direitos essenciais (entitlements), não só à alimentação mas também a serviços básicos como habitação, saneamento, serviços de saúde, educação etc. No entanto é verdade que, salvo em situações excepcionais de guerra, cataclismas, dentre outras, normalmente é o pobre quem passa fome. "A fome, é obviamente, o aspecto mais evidente da pobreza" (Sen, 1978, apud Romão, 1982:361).

A desnutrição e a mortalidade infantil, retratos assustadores da pobreza, estão diminuindo significativamente em algumas regiões do Brasil. É o que mostra uma pesquisa realizada na capital paulista pelo Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) cujos resultados indicam que, de 1985 a 1996, a porcentagem de crianças menores de 5 anos com crescimento inferior ao potencial genético - um dos principais indicadores de desnutrição infantil - teve um declínio de 30,6% para 13,7% (Problemas Brasileiros, nov./dez. 1997 : 5).

Não devemos esquecer-nos, no entanto, das diferenças interregionais. Neste país, quase continuamente, convivem riqueza e pobreza, esta concentrando-se mais em umas regiões que em outras. O Nordeste, por exemplo, embora tenha melhorado seus indicadores relativos à desnutrição, não conseguiu aproximar-se da região mais desenvolvida do país; ao contrário, a distância só fez aumentar. Os resultados da pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) indicam que a porcentagem de crianças nordestinas desnutridas menores de 5 anos não chegava ao triplo da verificada no sudeste, tomando-se como base o ano de 1974. Em 1996, esse percentual passou a ser quatro vezes superior ao da região mais rica do país (op. cit.).

Nas regiões Norte e Nordeste, a desnutrição crônica está associada ao menor acesso da população a serviços em larga escala dependentes

da atuação governamental, como saneamento, fornecimento de água tratada, serviços de saúde e educação (cf. em Monteiro, Benício, Gouveia, 1992 apud Hoffman, 1995: 168). Há, portanto, nesse contexto, uma inequívoca correlação entre desnutrição, pobreza e falta de serviços públicos.

Ainda em relação à pobreza, uma variável de extrema importância a ser considerada é o grau de instrução dos chefes de família. Analisando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1988, Silva chega à conclusão de que "o nível educacional do chefe está estreita e negativamente relacionado com a incidência de carência: enquanto entre pessoas em famílias chefiadas por indivíduos sem instrução formal a incidência geral de carência (situação daqueles cuja renda per capita não ultrapassa $\frac{1}{4}$ de salário mínimo) atinge 46,5%, para aquelas famílias cujo chefe tem, pelo menos, nove anos de escolaridade, a incidência é de apenas 2,2%" (Silva, 1993: 184 - 185).

Analisando as variáveis pobreza e educação em nível macro, percebe-se que, de acordo com a avaliação feita por Nancy Birdsall, Vice-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em 1998, os pobres da América Latina estavam relativamente piores que os de outras regiões, uma vez que tinham nível educacional menor que os pobres não só da Ásia Oriental quanto da África Oriental (Birdsall, 1998).

Partindo-se da premissa de que a educação é o passaporte para uma vida cidadã, percebe-se que, infelizmente, a realidade brasileira ainda está bastante longe dessa passagem. Entre os inúmeros obstáculos encontrados no caminho, está a própria situação de pobreza das famílias, fato que tem levado crianças e jovens a se lançarem no mercado de trabalho seja ele formal ou informal, em busca da sobrevivência.

Alguns números podem-nos ajudar a perceber a dimensão do problema. Em 1990, três milhões de crianças e 4,6 milhões de adolescentes estavam no mercado de trabalho no Brasil, o que

correspondia a 50% da população de adolescentes entre 15 e 17 anos e a 17% da população entre 10 e 14 anos (PNUD, 1990: 30). Já os dados da PNAD divulgados em março de 1997 indicam que, em 1993, havia 3,5 milhões de crianças brasileiras na faixa etária de 10 a 14 anos trabalhando (Problemas Brasileiros, Jul./Ago. 1997: 4).

A questão é complexa, mas pode-se afirmar que a falta de fiscalização quanto à correta aplicação da legislação trabalhista em nosso país faz com que muitas dessas crianças tenham uma jornada de trabalho superior à que é permitido por lei, impossibilitando-lhes a frequência à escola ou, o que é mais importante, a aprendizagem do conteúdo, transmitido, muitas vezes, sem nenhum atrativo ou adaptabilidade ao cotidiano.

A situação das meninas adolescentes merece uma referência à parte, ao se constatar a precocidade e frequência com que vem acontecendo a gravidez nesse grupo. Só em 1992, "nasceram no IMIP 4,3 mil crianças, sendo 1095 de mães adolescentes (cerca de 25% dos nascidos vivos). Ano a ano, o percentual veio aumentando até atingir 27,7% em 1995, havendo uma projeção de que, até outubro de 1996, esse percentual atinja 28,3%. A pesquisa foi realizada pela professora Cristina Falcão Raposo, com base em dados do Instituto Materno Infantil de Pernambuco (IMIP), uma unidade de referência no tratamento de crianças no Estado de Pernambuco" (Guenes, 1996: 3). Essa problemática não vem só preocupando os pesquisadores dos países do Terceiro Mundo. Também as "universidades americanas produziram estudos indicando como a gravidez precoce ajuda a perpetuar a pobreza e custa ao país US\$ 7 bilhões por ano" (Dimenstein, 1996: 25).

A gravidez na adolescência e o trabalho precoce são fatos que, a longo prazo, interferem na manutenção da situação de pobreza, ao tirar da escola crianças e adolescentes que deveriam estar-se preparando para, no futuro, inserir-se em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

Apesar de se observar uma redução do percentual de analfabetos no país, que passou de

46 %, em 1960, para 22 %, em 1990 (PNUD, 1996 : 36), é ainda uma taxa alarmante. Comparada à situação de outros países como a Argentina e o Uruguai, constata-se um atraso que não pode ser negligenciado. Remontando à Inglaterra da Revolução Industrial, verifica-se que o país “não tinha mais que 60 % de analfabetos, cifra que pode ser considerada excelente para a época” (Iannonne, 1992 : 53). A instrução foi colocada como um dos elementos que permitiu que aquele fato histórico acontecesse naquele momento e, mais precisamente, na Inglaterra do séc. XVIII.

E no caso brasileiro, como realizar um salto qualitativo em direção ao futuro, com tamanha quantidade de excluídos ?

MARGINALIDADE E EXCLUSÃO SOCIAL

“ A idéia de exclusão é não ter lugar, é estar fora”. (Grzybowski, 1994 : 35). Não ter lugar onde? Estar fora de quê ?

Quando se fala em lugar, em “fora” por contraposição a “dentro”, está-se referindo a um espaço, a uma linha, a um limite, além do qual as representações sociais perdem a marca da “normalidade”, dos valores, normas e padrões vigentes na sociedade, em um determinado momento histórico.

A abordagem da situação de pobreza, sob o enfoque da exclusão social, é relativamente recente. Os economistas neoclássicos faziam a ela referência, como marginalidade resultante da preguiça ou da falta de talento e sendo encontrada mais na esfera da repartição que da produção e exploração (Vant, 1986 : 17).

Embora esse termo tenha surgido nos anos 70, na França, ficou adormecido por um certo período, uma vez que, na metade daquela década, a “análise da marginalidade em nível macrosocial foi retomada no contexto da situação de crise vivida pela Europa Ocidental” (Vant, 1986 : 18), e o termo preferido pelos cientistas sociais passa a ser

o de “novos pobres”, sendo esta categoria fruto da reestruturação da sociedade econômica e política.

Na América Latina, conceito correlato, o de marginalidade, foi de certa forma institucionalizado pelos representantes do Centro de Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina - DESAL - por meio de seus representantes Veckemans e Venegas, para quem a marginalidade se constituiria por “aquela parte da população que não só está no último nível da escala social, mas o que é pior, está fora da escala; que não pertence - no sentido próprio da palavra - à sociedade global, nem sequer como classe baixa” (Veckemans / Venegas, 1966, apud Mires, 1994 : 77). Veckemans e Fuenzalida acrescentam ainda que os marginais “não pertencem ao sistema econômico”, o que significa dizer que o marginal é um “nada” (Veckemans / Fuenzalida, 1969, apud Mires, 1994 : 77.).

Essa radicalidade, na forma de conceituação da marginalidade, é de certa forma a expressão da constatação de que o desenvolvimento almejado pelos teóricos da CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina -, através da política de industrialização substitutiva de importações, não surtiu os efeitos esperados. A marginalidade surge, então, como “uma produção social do próprio desenvolvimento econômico”, cabendo ao Estado, e não à economia, integrar o sujeito à sociedade, corrigindo os desajustes sociais criados pelo desenvolvimento econômico (Mires, 1994).

Só no final da década de 80, é que o termo exclusão social retorna às discussões acadêmicas, emergindo em um novo contexto: o da mundialização da economia com o seu suporte neoliberal e o das modificações nas relações de trabalho (Fontes; 1995).

No Brasil dos anos 80, “as chances de ‘melhoria’ para os mais pobres extinguem-se” (Nascimento, 1995 : 25). É nesse cenário que surge o termo “apartação social” proposto por Cristóvam Buarque, significando o fenômeno de separar o outro não mais considerado humano. Segundo

Elimar Nascimento, que prefere chamar a esse fenômeno de “nova exclusão social”, a “exclusão torna-se apartação quando o outro não é apenas desigual ou diferente, mas quando o outro é considerado ‘não semelhante’, um ser expulso, não dos meios modernos de consumo, mas do gênero humano” (Nascimento, 1995 : 25).

O excluído não tem lugar na sociedade de consumo, está fora ou à margem dessa sociedade, constituindo-se, na visão dos “incluídos”, uma séria ameaça à manutenção da ordem, da segurança, da reprodução social. “O Brasil está formando essa cultura. A visão de que os pobres são, em princípio, bandidos, de que os nordestinos retirantes são uma ameaça, de que a modernidade é a riqueza para poucos e não o fim da pobreza para todos, e de que a cultura pobre é “brega” vai aos poucos, criando uma maneira de pensar própria do apartheid” (Buarque, 1993 : 72).

É uma situação contraditória. Sabe-se que, para um desenvolvimento capitalista, a inclusão e não o seu oposto, a exclusão, é necessária. Pois, quanto mais o conjunto da população for portadora de renda, maior será o mercado consumidor e, conseqüentemente, maior a probabilidade de um dinamismo econômico.

O que se verifica, no entanto, é que a política neoliberal vigente no Brasil vem acentuando uma tendência de segmentação crescente da nossa sociedade. Diante do inevitável processo de globalização da economia, empreende-se um esforço de adequação das indústrias ao novo cenário, implicando uma reestruturação e modernização das técnicas produtivas e conseqüente redução de postos de trabalho, com desemprego da mão-de-obra menos qualificada e demissões em massa em setores tradicionais intensivos em mão-de-obra, tais como o têxtil e o de calçados, afetados pelo impacto das importações (Cf. Vale, 1996).

Os impactos sociais desse modelo econômico já se fazem sentir no dia-a-dia do cidadão brasileiro. Devido à abertura dos mercados, a competitividade aumenta, conseguindo manter-se no mercado de trabalho apenas as pessoas com

maior capacitação profissional e com o perfil exigido pela nova realidade. O chefe de família com baixa escolaridade, se demitido, dificilmente terá novas oportunidades de emprego formal, que vem reduzindo-se nos últimos anos. “Os trabalhadores, com empregos formais, já não são maioria no país: em 1990, 57% tinham carteira assinada; em 1995, esse percentual caiu para 47%. Enquanto isso, o número de trabalhadores sem carteira assinada cresceu de 19,1% para 24,09%, e o dos que trabalham por conta própria, de 18,5% para 22%” (Souza, apud Fonseca, 1996 : 23).

A alternativa encontrada por alguns grupos sociais ou indivíduos para essa situação de exclusão do mercado formal tem sido a informalidade das micro ou pequenas empresas, enquanto a maioria buscará sobreviver como camelôs, flanelinhas, vendedores de pipocas, de lanches, de qualquer coisa, enfim, que lhes permita continuar vivendo. É a reprodução da pobreza urbana, formada agora por nova categoria de excluídos sociais.

À guisa de conclusão, algumas considerações devem ser feitas. Ao longo de quase quinhentos anos de trajetória, o Brasil não conseguiu livrar grande parcela de sua população do estigma da pobreza, da fome e da exclusão social, apesar dos enormes progressos da ciência e do admirável mundo da comunicação.

É preciso viabilizar ações que venham a transformar a situação de penúria e falta de recursos dos pobres. Pois “a pobreza, como desrespeito a direitos econômicos e sociais básicos de grupos e indivíduos, constitui uma violação dos direitos humanos de acordo com a definição de instrumentos internacionais... e cria obstáculos à realização dos direitos políticos e civis”... (Pinheiro, P; Popovic, M.; Kalm, T., 1994 : 194).

As intervenções do Estado brasileiro no campo das políticas sociais “têm se caracterizado pela subordinação a interesses econômicos e políticos” (Yazbeck, M. C., 1996 : 38), metamorfoseando-se segundo o ritmo imposto pela conjuntura.

Entretanto, necessário se faz uma articulação entre as políticas sociais e econômicas

A problemática da pobreza e da exclusão social no Brasil denota origens estruturais; devem, portanto, ser rechaçadas as políticas de cunho assistencialista e paternalista. Faz-se mister, dentre outras ações, a centralização das atenções no fortalecimento da estrutura familiar, no incentivo ao pequeno produtor do campo e da cidade, na educação e formação integral de crianças e jovens, de forma a permitir-lhes o pleno exercício da cidadania.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, Sérgio. Política social e combate à pobreza: a teoria da prática. In: ABRANCHES, Sérgio; SANTOS, W. G.; COIMBRA, M. A. **Política Social e combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- ALBUQUERQUE, R. C. Pobreza e exclusão social. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de (Org.). **Fórum Nacional: As bases do desenvolvimento. Pobreza e mobilidade social** - S. Paulo : Nobel, 1993. p.53-102.
- BIRDSALL, Nancy. Education: The people's Asset. Brazil, July 1998.
- BUARQUE, Cristóvam. **O que é apartação: o apartheid social no Brasil**. São Paulo : Brasiliense, 1993.
- BUARQUE, Cristóvam. **O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- CASTRO, Josué. **Geografia da fome; o dilema brasileiro: pão ou aço**. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- DIMENSTEIN, Gilberto. Pobreza sai da barriga. **Folha de S. Paulo**, S. Paulo, 11 ago. 1996. Mundo 1, p. 25
- DOWBOR, Ladislau. **A formação do capitalismo dependente no Brasil**. S. Paulo: Brasiliense, 1982.
- FURTADO, Celso. O subdesenvolvimento revisitado. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 1, p. 5-19, ago. 1992.
- FONSECA, Mário. Emprego: e agora José ? **Rumo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 125, p. 22-29 - jun. 1996.
- GRZYBOWSKI, Cândido. Os excluídos. **Atualidade em debate**, Rio de Janeiro, Centro João XXIII, Caderno 31, nov./dez. 1994.
- GUENES, Márcia. Cresce o número de adolescentes grávidas. **Jornal do Commercio**, Recife, 27 abr. 1996. Cidades, p. 3.
- IANNONE, Roberto Antônio. **A Revolução Industrial**. São Paulo : Moderna, 1992. (Coleção Polêmica).
- LUNDBERG, Matias, SQUIRE, Lyn. New evidence on inequality, poverty and growth. Brazil, July 1998.
- MIRES, Fernando. **El Discurso de la Miseria o de la Crisis de la Sociología en America Latina**. Caracas: Nueva Sociedad, 1994.
- MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 24, p. 195-207, 1995. .
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Modernidade Ética: um desafio para vencer a lógica perversa da nova exclusão. **Proposta**, Rio de Janeiro, n. 65, p.24-28, jun.1995.

- OLIVEIRA, Luciano. **Neo-miséria e neo-nazismo- uma revisita à crítica à razão dualista**. Recife: FUNDAJ, 1993. (Trabalhos para discussão, 31).
- PELLANO, Anna Maria T. M. (Coord.) **O Mapa da Criança: a indigência entre as crianças e os adolescentes**. Brasília: IPEA, 1993. (Documento de Política, 19).
- PINHEIRO, P., POPPOVIC, M., KALM, T. **Pobreza, Violência e Direitos Humanos. Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 39, p.189-208, jul. 1994.
- PNUD. **Relatório sobre desenvolvimento humano no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1996.
- PRADO Júnior, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- PROBLEMAS BRASILEIROS, São Paulo, jul/ago. 1997.
- PROBLEMAS BRASILEIROS, São Paulo, nov./dez. 1997.
- ROCHA, Sônia. **Governabilidade e pobreza : o desafio dos números**. Brasília: IPEA, 1995. (Texto para discussão n. 368).
- ROMÃO, Maurício Costa. Considerações sobre o conceito de pobreza. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, p. 355-370, out./dez. 1982.
- ROMÃO, Maurício Costa. **Pobreza : conceito e mensuração**. Recife: UFPE, 1993.
- SILVA, N. V. Situação social da população negra. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de (Org.). **Fórum Nacional: as bases do desenvolvimento. Pobreza e mobilidade social**. São Paulo: Nobel, 1993. p. 175-198.
- TOLOSA, H., ROCHA, S. Políticas de combate à pobreza: experiências e equívocos. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de (Org.). **Fórum Nacional: as bases do desenvolvimento. Pobreza e mobilidade social**. São Paulo: Nobel, 1993. p. 103-135.
- VALE, Gláucia Maria Vasconcellos. Crescimento, MPE&Emprego. Uma conjugação essencial para o futuro do Brasil. **Rumos**, Rio de Janeiro, a. 20, n. 125, p. 12-14, jun.1996.
- VANT, André (Org.) **Marginalité Sociale Marginalité Spatiale**. Paris: Centre National de La Recherche Scientifique, 1986.
- YAZBECK, Maria Carmelita. A Política Social Brasileira nos anos 90: refilantropização da questão social. **Caderno CEAS**, Salvador, n. 164, p. 37-51, jul./ago. 1996.